



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

PREGÃO Nº 61/2020 - ELETRÔNICO

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição de equipamentos e materiais permanentes – Empilhadeiras e acessórios, doravante denominados apenas materiais, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

2. A aquisição dos materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

3. A aquisição dos equipamentos tem a finalidade de atender à demanda do sistema de armazenagem vertical do Almoxarifado, do Depósito de Urnas e do Arquivo Central deste Tribunal, bem como nos serviços de carga e descarga, transporte, distribuição e estocagem de materiais.

CAPÍTULO II - DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS

1. A descrição dos equipamentos e materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e valores máximos admitidos pelo TRE/MS estão indicados abaixo.

GRUPO 1 – Formado pelo Itens 1 a 5	
ITEM	DESCRIÇÃO
1	<p>Empilhadeira elétrica patolada, com as seguintes características mínimas:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Ano de fabricação: 2020 ou superior (equipamento novo);2. Capacidade mínima de carga: 1.600kg (mil e seiscentos quilogramas);3. Centro de carga: 600mm (seiscentos milímetros);4. Sistema de tração: elétrico com operador a pé;5. Intervalo aceitável para altura da torre abaixada: entre 2.070mm (dois mil e setenta milímetros) a 2.520mm (dois mil quinhentos e vinte milímetros);6. Elevação dos garfos até a altura de, pelo menos, 5.400mm (cinco mil e quatrocentos milímetros);7. Largura externa do garfo de, no máximo: 680mm (seiscentos e oitenta milímetros);8. Comprimento dos garfos: 1.150mm (mil cento e cinquenta milímetros);9. Plataforma articulada;

10. Alarme sonoro de movimentação;
11. Freio de estacionamento eletromagnético
12. Limite para largura do corredor de trabalho com palete de 1000x1200mm (profundidade de 1200mm) e folga de 200mm em no máximo 2600mm **com plataforma articulada recolhida**;
13. Limite para largura do corredor de trabalho com palete de 1000x1000mm e folga de 200mm em no máximo 2550mm **com plataforma articulada recolhida**;
14. Fornecimento de manual de operação em português e lista contendo a rede de assistência técnica autorizada;
15. **Garantia mínima:**
 1. do fabricante de 24 (vinte e quatro) meses ou 2.000 (duas mil) horas, o que acontecer primeiro; ou
 2. do fabricante de 6 (seis) meses ou 1.000 (mil horas), o que ocorrer primeiro; **acrescidas**, após, de garantia complementar (garantia estendida) do fornecedor de 18 (dezoito) meses ou 1.000 (mil horas), o que ocorrer primeiro.
16. Assistência técnica por rede autorizada em Campo Grande/MS;
17. Botão antiesmagamento na cabeça do timão;
18. A empresa deverá fazer a entrega técnica do produto.
 1. Caso o equipamento não entre em operação logo após a sua entrega, o TRE/MS fará o **Comunicado de Equipamento Não Operante**;
 2. Quando ocorrer a hipótese anterior, a entrega técnica somente deverá acontecer quando o equipamento entrar em operação;
 3. A empresa deverá providenciar a entrega técnica em no máximo 15 (quinze) dias, após ser comunicada sobre a entrada em operação do equipamento.
19. *Marcas/modelos de referência: Still – EGV16/5466triplex, Palettrans PT1654, ou similar.*

UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	Intervalo mínimo entre lances sobre o valor total
Unidade	02	R\$ 59.124,59	R\$ 118.249,18	R\$ 50,00

ITEM	DESCRIÇÃO
2	<p>Bateria Tractionária 24V/324 Ah, com tomada para conexão na máquina e/ou carregador (<i>a capacidade indicada é a mínima exigida, poderá ser ofertada com capacidade superior</i>), compatível com o item 1.</p> <p><i>O fornecimento das baterias novas não será a base de troca (Artigo 4º da RESOLUÇÃO CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008).</i></p>

UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	Intervalo mínimo entre lances sobre o valor total
Unidade	04	9.483,10	37.932,40	R\$ 20,00

ITEM	DESCRIÇÃO			
3	Carregador de bateria tracionária 24V 60Ah Trifásico (a capacidade indicada é a mínima exigida, poderá ser ofertada com capacidade superior), compatível com o item 2			
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	Intervalo mínimo entre lances sobre o valor total
Unidade	02	3.576,88	7.153,76	R\$ 10,00
ITEM	DESCRIÇÃO			
4	Carro para Troca de Bateria compatível com os itens do Grupo 1, com as seguintes características mínimas: <ol style="list-style-type: none"> 1. Confeccionados em chapa de aço, com trava de segurança e borracha de apoio; 2. Pintura eletrostática; 3. Rodízios traseiros giratórios, dianteiros fixos. 4. Travas de segurança para evitar a ocorrência de acidentes durante a extração e locomoção da bateria; 5. Garantia mínima de 3 (três meses). 			
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	Intervalo mínimo entre lances sobre o valor total
Unidade	02	2.439,94	4.879,88	R\$ 10,00
ITEM	DESCRIÇÃO			
5	Suporte duplo para bateria e carregador , compatível com os itens do Grupo 1. <ol style="list-style-type: none"> 1. Garantia mínima de 3 (três meses). 			
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	Intervalo mínimo entre lances sobre o valor total
Unidade	02	2.405,00	4.810,00	R\$ 10,00

Valor total do grupo 1	R\$ 173.025,22
-------------------------------	-----------------------

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. A indicação de produto de referência feita na descrição de alguns itens é apenas orientativa, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações

dos materiais a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.

2.1. A empresa licitante poderá ofertar produtos **similares** aos de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.

2.2. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seus produtos a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante, que pretenda cotar produto indicado como referência, a certificação de que o produto cotado se mantém de acordo com as especificações exigidas.

2.3. Em virtude do exposto na primeira parte da cláusula 2.2 acima, a cotação pela empresa licitante de produto indicado como referência não condiciona o TRE/MS à classificação da proposta e/ou à aceitação do produto quando de sua entrega.

3. Nesta licitação houve a formação do **Grupo 01**, constituído pelos itens 01 a 05, visando garantir a compatibilidade entre o equipamento do item 01 e os respectivos materiais acessórios, bem como a funcionalidade deles, haja vista que a empilhadeira não poderia entrar e se manter em pleno funcionamento sem os demais materiais que compõem o grupo.

4. Todos os equipamentos do grupo serão utilizados no prédio que abriga o Depósito de Urnas e Almoxarifado, cujo projeto das estantes porta paletes encontra-se no Anexo IV deste Edital.

4.1. As especificações dos equipamentos (itens 1 a 5) deverão atender às características físicas definidas no projeto referido na cláusula 4 (Anexo IV).

5. O item 01 desta contratação têm valor total estimado acima de R\$ 80.000,00, o que o enquadraria no disposto no inciso III, artigo 48 da Lei Complementar nº 123 – cota de até 25% para ME/EPP. Porém, o item possui somente 02 (duas) unidades, e, caso fosse estabelecida a cota, o percentual seria de 50% ultrapassando o limite estabelecido em lei.

5.1. Os demais itens (02, 03, 04 e 05) deveriam seguir a regra de exclusividade para ME/EPP, porém, por fazerem parte de um Grupo seguirão a regra do item de maior valor, nos termos da cláusula 5 acima.

CAPÍTULO III – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

1. Recebida a nota de empenho, a contratada deverá providenciar a entrega dos equipamentos nas especificações e quantitativos indicados no Termo de Referência.

2. A(s) contratada(s) deverá(ão) entregar os materiais, na Seção de Patrimônio e Almoxarifado deste Tribunal, sito na rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 – Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, na cidade de Campo Grande/MS.

2.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

2.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12h00min às 18h00min, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 3361-0016.

3. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **45 (quarenta e cinco)** dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

4. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão

proferida.

6. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

7. Os recebimentos provisório e definitivo dos materiais ficarão à cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE/MS.

8. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

e) entrega da documentação obrigatória (manual, certificado de garantia, lista da rede de assistência técnica autorizada, etc.).

9. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

9.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

10. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de testes, com a verificação de operacionalidade e atendimento do equipamento aos requisitos deste Termo de Referência, sendo que para o item 1 (empilhadeira) deverá ser realizado por funcionário capacitado da contratada;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

11. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à contratada, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

11.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 4 a 6 deste Capítulo.

12. Competirá à contratada arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

14. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CAPÍTULO IV – GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ENTREGA TÉCNICA

1. O prazo da garantia mínima dos materiais está estabelecido no Capítulo II deste Termo de Referência, contados após o recebimento definitivo dos equipamentos.

2. A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação.

2.1. Para o item 01 (empilhadeira), a garantia incluirá todas as despesas decorrentes do deslocamento do técnico, além da substituição de peças (novas e originais).

2.1.1. Quando o fabricante não fornecer a garantia pelo prazo total (24 meses ou 2.000 horas), será firmado Termo Contratual com a empresa vencedora para fornecimento da garantia complementar, conforme especificado, respectivamente, na descrição dos itens no Capítulo II deste Termo de Referência.

2.1.2. Durante o período de garantia, a contratada, ou assistência técnica autorizada, prestará serviços de assistência técnica ao equipamento, sem nenhum ônus ao TRE/MS.

2.1.3. Assim que notificada por escrito, a contratada terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para enviar um técnico a fim de avaliar e reparar os defeitos constatados.

2.1.4. Sempre que realizada assistência técnica, deverão ser apresentados pela contratada relatórios com informações dos serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas no equipamento.

2.1.5. Os equipamentos que apresentarem o mesmo defeito de forma intermitente deverão ser substituídos pela Contratada. E, para os efeitos deste dispositivo, serão considerados defeitos intermitentes, conforme o Código de Defesa do Consumidor, os que ocorrerem repetidamente por 3 (três) vezes ou mais em um prazo de 30 (trinta) dias corridos.

2.1.6. Se configurado defeito de fabricação com necessidade de substituição de peças defeituosas, a contratada terá mais 72 (setenta e duas) horas para efetuar a troca e restabelecer o perfeito funcionamento do equipamento, contados a partir do dia subsequente ou da manifestação escrita, salvo comprovação de impossibilidade, reconhecida pelo TRE/MS.

2.1.7. A assistência técnica deverá ocorrer no local onde estiver funcionando o equipamento. Caso não seja possível, a remoção do equipamento dar-se-á sem qualquer ônus para o TRE/MS.

3. Para o item 01 (empilhadeira) a contratada deverá realizar a **entrega técnica**, expondo as funcionalidades operacionais, manutenibilidade, segurança, e checklist de pré-serviço do equipamento.

3.1. A empresa deverá providenciar a entrega técnica em no máximo 15 (quinze) dias, após ser comunicada sobre a entrada em operação do equipamento.

CAPÍTULO V – DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento dos equipamentos ficarão a cargo de servidores lotados na Seção de Patrimônio e Almoxarifado e Depósito de Urnas.

2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

a) acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos equipamentos pela empresa contratada;

b) verificar a conformidade do fornecimento e atestar o recebimento definitivo;

- c) manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
- d) abrir chamados junto à Contratada para resolução dos problemas detectados.
- e) informar à contratada nome e telefone de contato da fiscalização, mantendo tais dados atualizados.
- f) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas;
- g) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- h) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.
2. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012)**, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será

imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada ADVERTÊNCIA por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada MULTA:

a) de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso no fornecimento do material ou na prestação de serviço, sobre o valor total da contratação, em caso de atraso superior a 5 dias, contada desde o primeiro dia de atraso e limitada ao percentual de 20% (vinte por cento), correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;

b) de 1% (um por cento) do valor total da contratação por dia de atraso no atendimento de chamado de assistência técnica / garantia;

c) de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, caso ocorra mais de 3 (três) advertências por escrito referente a mesma falha, ou mais de 5 advertências no computo geral da contratação, ou ainda, caso ocorra descumprimento de cláusulas contratuais;

d) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, caso a empresa deixe de emitir ou encaminhar documento fiscal imprescindível ao pagamento;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

f) de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação, caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o Contratante a rescindir o contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

c) não manter a proposta no certame licitatório;

d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;

e) ensejar o retardamento do objeto contratado;

f) cometer fraude fiscal;

g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato

5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar e contratar com a União, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

5.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

6. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

6.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

6.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

7. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

8. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 6.

CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, documento de garantia e manual do usuário, quando for o caso.
2. Prestar a assistência técnica necessária por rede autorizada da fabricante em Campo Grande, sem ônus à contratante, inclusive com substituição e reparo de peças e componentes decorrentes de defeito do material, enquanto vigorar o prazo de garantia.
3. Disponibilizar e fornecer, sem ônus à contratante, durante todo o período de garantia, todas as peças de reposição, novas e originais, e de suporte técnico necessários ao material, não sendo aceito itens usados ou recondicionados.
4. Obedecer rigorosamente às normas legais e especificações contidas neste Termo de Referência, e as prescrições e recomendações do fabricante.
5. Prestar os serviços por meio de técnicos devidamente treinados e qualificados, portando instrumento de identificação da contratada ou assistência técnica autorizada.
6. Comunicar imediatamente à fiscalização, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto.
7. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
8. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
9. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento do equipamento, na forma disposta neste Termo de Referência.
10. O fornecedor fica, nos termos do §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.



Documento assinado eletronicamente por ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA, Técnico Judiciário, em 12/11/2020, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 0941551 e o código CRC 6810CF5B.

